

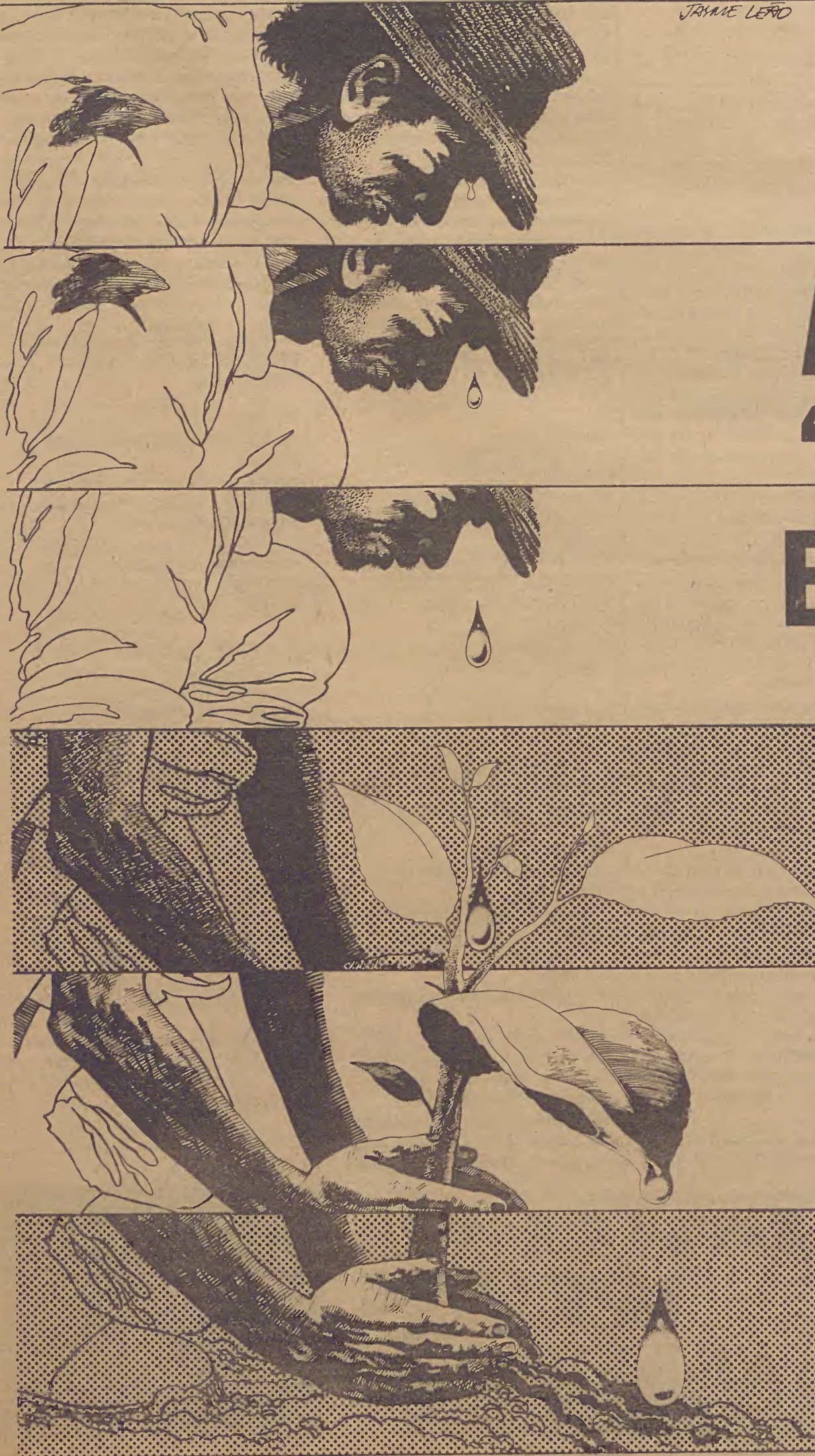
COBRA DE VIDRO

E o povo jura que a cobra de vidro é uma espécie de lagarto que quando se corta em dois, três mil pedaços, facilmente se refaz.

UMA PUBLICAÇÃO DOS CENTROS ACADÊMICOS FEI, GV E FAAP

CR\$ 2,00

JAYME LEÃO



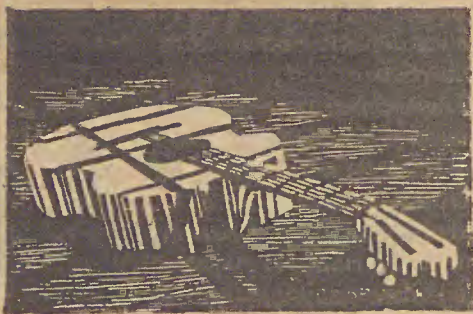
A SEMANA "O HOMIEM E A TERRA"

ASMOS-MILANO
ARCHIVIO STORICO DEL
MOVIMENTO OPERAIO
BRASILIANO

CENTRO STUDI
CEBPI
MILANO
PROBLEMI INTERNAZIONALI



CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA
CEDEM



“Ao jornal Cobra de Vidro. É verdade. Por mais que a quebrem ela sempre se reconstitui. Que em 76 se realizem todos os seus anseios mais profundos, que são os mesmos de muitos.”

Presídio Político de São Paulo

O que há de novo no ano novo?

Já se passaram cinco meses, da mensagem dos estudantes da Universidade Federal da Bahia. Cinco meses de repressão, bem ao estilo dos anos anteriores. Cinco meses em fim em que as empresas e os bancos parecem ser os únicos abençoados pelas graças do “feliz ano novo”.

Tudo continua o mesmo, apenas com pequenas diferenças: mais alguns centímetros de terra abaixo cava o “milagre brasileiro”; maiores são as suas contradições; maior a repressão para esconder isso.

Eis a mensagem dos estudantes baianos, para leitura e reflexão:

“Brasileiros”, dirão as autoridades, iniciando sua mensagem à nação, no Ano Novo. Como de hábito, desejarão paz, concórdia e bem estar ao povo brasileiro, conclamando a uma participação decidida na resolução dos problemas nacionais. Empresas, Bancos, Indústrias, Casas Comerciais, etc., além de milhares de cartões também repetirão: Feliz Ano Novo.

Em que situação nos dizem estas palavras?

De saída, enxergamos uma dificuldade cada vez maior para se ter acesso às escolas. Livros e fardas caras, vestibular, extinção de residências e restaurantes estudantis. E para agravar são desviadas as verbas da educação e saúde em benefício das Forças Armadas.

Contra quem guerreia o país? Mas nem só isso enxergamos. No bolso do trabalhador tem cada vez menos dinheiro. Feijão, farinha e carne é luxo na mesa de quem ganha salário mínimo. A terra que quase nunca foi de quem a lavra é cada dia mais disputada.

Quem consegue plantar sua roça, sua tapera, é expulso: grileiros, polícia e latifundiários. As riquezas do

país já não são nossas e dívida ao estrangeiro já chega a 21,6 bilhões de dólares.

Nos chamam a uma participação na vida do país. E como nos recebem? Se os estudantes lutam contra o jubileamento, se falam os intelectuais, ou os trabalhadores se organizam, são todos reprimidos. Patriotas são humilhados, presos, torturados e mortos. A justificativa é a segurança nacional. AI-5, 477, lei de imprensa legitimam as arbitrariedades.

Portanto, uma coisa é certa: a paz, a concórdia e o bem estar que nos desejam não têm nenhuma base real: “Pisam na cabeça do povo e nos rins da Pátria. É preciso um canto de protesto e raiva”.

E temos cantado. Na Bahia, os estudantes em greve deram um BASTA ao jubileamento. Em São Paulo, estudantes, jornalistas e clero desenvolvem intensa campanha em defesa dos Direitos Humanos, que teve como desfecho o culto ecumênico em memória de Vladimir Herzog. Cresce a luta do povo brasileiro pelos seus mínimos direitos.

Nossa atitude não tem sido mesmo a de esperar, já que isto assume o caráter de um “faz de conta”, e vamos continuar lutando contra a elitização do ensino, por uma Universidade que realmente prepare os profissionais que o país necessita — uma Universidade livre.

Por isto, neste final de ano, desejamos a todos uma paz, concórdia e bem estar que nada têm a ver com a “felicidade oficial”. Pelo contrário, só surgirão construídos pelas mãos de todos nós. Somente através da luta pela anistia aos presos e exilados políticos, extinção de todos os atos e leis de exceção, e ampla participação popular na decisão dos destinos nacionais, construiremos um “futuro rico, livre, justo — libertado”.

CONSELHO DE REPRESENTANTES ESTUDANTIS DA U.F.Ba.

Pelas Liberdades Democráticas

Um marco no movimento estudantil: 500 participantes, representando 7 estados. Na USP, a Reunião Nacional de Estudantes.

A primeira idéia foi a de retomar a CPI dos Direitos Humanos, através do MDB, mas com o correr das discussões os estudantes foram se definindo entre duas idéias: centrar a luta no combate à política educacional do governo, liberdade de manifestação e organização ou em favor dos Direitos Humanos, em campanha pelas liberdades democráticas. Apesar da possibilidade de se abranger as duas propostas numa só, esperada por muitos, não houve um consenso devido a discordâncias quanto a seus objetivos. Enfim a maioria decidiu. Seria encaminhada em todo o país, por regiões, a Campanha pelas Liberdades Democráticas, que seria aberta por uma semana de palestras, debates, apresentações musicais, filmes.

Em São Paulo aconteceu na USP, de 25 a 30 de abril. A frequência foi considerada baixa em relação ao que

se esperava devido à fraca divulgação dentro e fora do campus da USP, não chegando às escolas isoladas, muitas com 5.000, 7.000 alunos. No Rio Grande do Sul foi proibida, mas mesmo assim realizada. Muita gente participou, porém, como em São Paulo, muitos só ficaram sabendo depois.

Nos outros estados, a Semana ainda vai ser realizada. Apesar das falhas que ocorreram no andamento desta campanha até agora, o que fica é um saldo muito positivo. Pela primeira vez em muitos anos, os estudantes se organizam, em nível nacional, para levar uma luta dessa natureza, pela liberdade de expressão e de manifestação e pelo direito de influir nas decisões do país, e também por liberdades sindicais, melhores condições de vida à população. Os estudantes estão caminhando. Uniram-se aos setores da população que estão lutando pelo respeito aos Direitos Humanos, pela ampla anistia aos presos políticos, pelo fim de toda forma de opressão.

Noites de Abril

Na noite estão os homens que caçam rãs com faroletes.

Na noite estão os homens que caçam homens com caminhonetas.

Negociantes cobrando sangue, fazendeiros plantando coices, bois derrubando cercas e estacam ante as bibliotecas, e seqüestram livros e garrafas térmicas e pensamentos e canetas.

Na noite estão os homens e as mulheres dos homens presos trançando angústia nos dedos.

Na noite estão uns cachorros que latem de estranheza, outros que roncam fome na barriga ou medo; e galos que atrasam; e não há estrelas; esta noite estão prendendo homens direitos.

Na noite estão pijamas com suor, sangue, pasta de dente. Não corre trem sem maquinista jornal não roda sem rotativa nem atendem na noite o telefone nem sabem onde se meteu Fulano nem sabem como começou a caça

nem sabem quando caçarão os homens.

Na noite estão caminhonetas que brecam num peito, portas que batem tapas sempre duplos nos ouvidos da noite, céu zonzo sangue nos ladrilhos na noite

Bate longe um sino Uma rádio protesta Um jornal pergunta Um professor pergunta em que noite estamos Vai o professor responder perguntas De repente a rádio com música clássica Jornal noticia sumiu um sineiro.

Na noite estão, noite após noite, as bibliotecas de ventre estiraçado, cachorros imitando tatus, em buracos, e mulheres trançando esteiras de medo tão compridas que nelas se deitam e dormem de fadiga, de fanadas, com seus úteros de estrelas encardidas.

(Domingos Pellegrini Jr. — Londrina-PR)

LEIA - DIVULGUE - A IMPRENSA INDEPENDENTE

COBRA DE VIDRO

POEIRA

VELHA PASQUIM

NEGRA

VERSUS

opinião MOVIMENTO

DOIS PONTOS

BRASIL MULHER

Toda colaboração será bem-vinda. Participe também do COBRA DE VIDRO. Envie-nos seus artigos através dos Centros que participam ou do Centro Acadêmico Getúlio Vargas (CAAE): avenida 9 de Julho, 2029.

“Movimento” resiste

Do Conselho de Redação do Semanário “MOVIMENTO” para o público, os jornalistas e as autoridades.

A censura impediu a circulação do número 45 do jornal Movimento, que era dedicado ao tema “O Trabalho da Mulher no Brasil” e que sairia às bancas no dia 10. Os números da censura a esta edição especial são os mais elevados da história do jornal:

Material sobre Trabalho da Mulher enviado para Brasília

Textos	305 laudas
Fotos	69
Desenhos	13
Tabelas	12

Vetado pela censura % de material vetado em relação ao total

283 laudas	93
58	84
6	46
10	83

Foram vetados, mais especificamente, entre outros assuntos:

- o resumo de um estudo da ONU sobre a mão-de-obra feminina em todo o mundo;
- o depoimento de um casal que não quer ter empregada doméstica porque acha a profissão humilhante para quem emprega e para quem é empregada;
- entrevistas com juízas e pretoras do Pará, que são maioria nos quadros judiciários do Estado e estão ameaçadas de perder esta posição porque os baixos salários que ganhavam recentemente foram aumentados, tornando-se atrativos para os homens;
- uma análise da indústria cultural voltada para a mulher: as telenovelas e a televisão;
- um quadro da situação das creches para filhos das mulheres que trabalham, que são obrigatórias por lei (para empresas com mais de 30 empregadas) e praticamente não existem;
- entrevistas com as líderes dos principais movimentos feministas brasileiros;
- um levantamento das limitações e virtudes da legislação que regulamenta o trabalho feminino no país, com a discussão sobre a conveniência ou não da liberação do trabalho noturno para a mulher;
- artigos dos economistas e soció-

logos Verena Martinez Alier, Maria Moraes e Chico de Oliveira sobre o valor do trabalho feminino e o seu papel nas lutas das mulheres por mais independência e participação na vida social e política;

- um levantamento da participação feminina na vida sindical brasileira;
- três dezenas de depoimentos de mulheres que trabalham: professoras primárias de Carvalhópolis, Minas Gerais; lavadeiras de Juazeiro, Bahia; operária da linha de montagem de uma indústria de cosméticos paulista; colona de Machado, sul de Minas; colhedoras de fumo, Arapiraca, Alagoas; mãe e filha bóias-frias, Paraguaçu, Minas; costureira de Ceilândia, Brasília; operária da Volkswagen, São Paulo; secretárias, Rio de Janeiro; e jornalistas de São Paulo, entre outras;

- uma listagem de 55 livros e estudos sobre o tema “Trabalho da Mulher no Brasil”, preparada pela Fundação Carlos Chagas, de São Paulo.

A edição vetada corresponde ao maior esforço jornalístico concentrado que o jornal Movimento já fez até agora: 82 pessoas — 63 mulheres e 19 homens — de São Paulo, Rio, Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília, Salvador e Belém trabalharam ao longo de 40 dias para produzir esta edição. Este amplo trabalho teve um duplo resultado: por um lado, forneceu um quadro do que é a vida do país, através dos depoimentos de sua população mais sofrida, as mulheres; e, de outro, mostrou a extraordinária energia que o país desperdiça por manter, na prática, 82 por cento da força de trabalho feminina em tarefas que a economia considera “economicamente improdutivas”.

Dos 6,2 milhões de mulheres consideradas “economicamente ativas”, 2 milhões são empregadas domésticas e um milhão são trabalhadoras de enxada. Em todas as profissões, mesmo nas consideradas “femininas”, seu acesso às tarefas superiores é dificultado: no magistério primário, as mulheres são 95 por cento; no antigo ginásio, elas são 60 por cento; no antigo colegial, são 50 por cento; e apenas 23 por cento dos professores nas universidades são mulheres, segundo dados do MEC de 1971.

Não há creches para as mulheres que trabalham; não se respeita o direito de trabalho da gestante; as mulheres têm salários menores que os dos homens para o mesmo trabalho; não estão presentes de forma efetiva nem na vida sindical nem na vida po-

lítica; e de um modo geral são chamadas ao trabalho produtivo apenas em períodos de crise, quando há carência de mão-de-obra masculina em razão dos baixos salários oferecidos. E, finalmente, sempre que exercem o trabalho considerado produtivo, continuam exercendo sozinhas as tarefas domésticas, sofrendo assim os efeitos da “dupla jornada de trabalho”, que corresponde muitas vezes a períodos ininterruptos de 16 horas diárias, equivalentes aos sacrifícios femininos do início da Revolução Industrial do século XIX.

A quem serve o veto à divulgação dessas verdades, apuradas através de estudos, depoimentos e estatísticas do próprio governo? Esse veto constitui evidentemente uma forma de a Polícia — que se constitui cada vez mais na guardiã da verdade no país — impedir a discussão profunda

e honesta dos grandes problemas que atingem a nossa população trabalhadora. Este nosso relato circunstanciado é uma demonstração do absurdo da tese de que a censura existe para coibir uma imprensa irresponsável. Através dele nós comparecemos à opinião pública para pedir o apoio firme e decidido que até agora não nos tem faltado. E para dizer que, dentro dos nossos objetivos editoriais, de descrever as condições de vida do povo brasileiro e acompanhar as suas lutas por mais liberdade, nós não desistiremos. Leia, divulgue e, especialmente agora, assine Movimento. Como diz o poeta: se eles cortam um verso, escrevemos outro.

São Paulo, 07 de maio de 1976

Raimundo Rodrigues Pereira
p/Conselho de Redação

COBRA DE VIDRO

Publicação Diretório Acadêmico FEI
Centro Acadêmico Administração de Empresas FGV
Diretório Acadêmico 13 de Abril Comunicações — FAAP

A maior parte da população está marginalizada dos processos decisórios e dos benefícios gerados pelo “desenvolvimento” imposto: operários, camponeses, bóias-frias, índios. 50% da população ganha salário mínimo, ou menos.

1976, ano de eleições. Lysâneas Maciel, eleito com cem mil votos, foi cassado (era um “irresponsável”, segundo os critérios oficiais).

Estudantes promovem a Semana do Homem e a Terra, é denunciada a situação dos índios, dos posseiros e dos bóias-frias. Enquanto isso, em Trindade, homens trabalhadores são expulsos de suas terras por companhias multinacionais e Manoel da Conceição, líder camponês, é forçado ao exílio.

Quinhentos estudantes, de vinte e duas universidades, de sete estados, reúnem-se na USP. Na Bahia, perseguidos, não se dobram nem se calam. Uma lembrança do passado (?): a luta dos estudantes contra o nazi-fascismo.

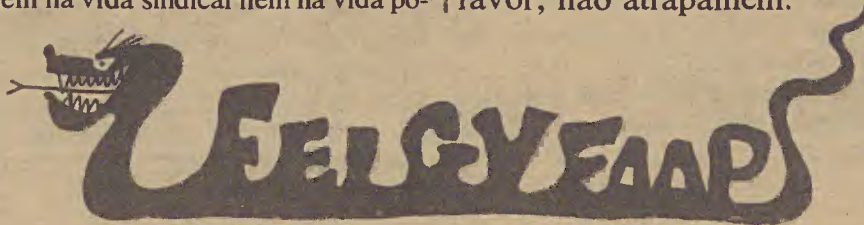
São muitas as lutas — FAAP, Sociologia e política, Casa da Universitária, FEI, Ribeirão Preto. A realidade é a mesma.

Na FEI mais uma imposição da diretoria: o “Estatuto da Cola” que parece piada mas não é. E do Paraná vem a história quase épica do grupo Poeira, que venceu as eleições para o DCE de Londrina, depois perdeu e deu a volta por cima.

Pessoas importantes, falamos sobre o universitário, seu teatro, sua imprensa, seu papel.

O regime considera os universitários muito importantes. Estão aí o projeto Rondon, o 477 (AI-5 para uso exclusivo nas escolas) e as declarações oficiais tentando enquadrar a participação política dos estudantes.

O mesmo regime que pretende expulsar do país o bispo D. Pedro Casaldáliga precisa dos estudantes, mão de obra especializada, para promover o “desenvolvimento”. Ou que ao menos, por favor, não atrapalhem.





De megafone nas ruas

No início do mês de abril, o Conselho Estadual de Educação decidiu a implantação de mais uma universidade estadual — a Universidade de Ribeirão Preto — contra o protesto dos principais interessados no assunto: os estudantes.

Em assembléia realizada no dia 8 de abril, os alunos das 4 faculdades que seriam desligadas da USP para constituir a nova universidade (Medicina, Farmácia e Odontologia, Enfermagem e Filosofia, Ciências e Letras), apontaram os verdadeiros motivos que estão por trás da instalação da URP: num plano mais imediato, os interessados das chamadas “forças vivas” da cidade — os políticos e comerciantes — que há muito tempo vêm tentando concretizar este objetivo, através de conchavos com as cúpulas políticas do Estado. E, a médio e longo prazo, a queda do nível de ensino e de pesquisa, a interferência no campus das tais “forças vivas” e, ainda, a privatização do ensino com a implantação do ensino pago.

Numa tentativa de impedir a realização da assembléia, a direção do campus determinou o fechamento do ginásio de esportes, sob a alegação de que os alunos não pediram autorização para utilizá-lo com cinco dias de antecedência. Entretanto, os estudantes, reunidos do lado de fora do ginásio, decidiram, em votação unânime, pela invasão do prédio, realizando a assembléia dentro do ginásio, independente da não autorização.

Na assembléia decidiu-se, entre outras coisas:

- dar início a uma campanha de esclarecimento da opinião pública com relação à posição dos estudan-

tes sobre a URP, elaborando-se um caderno ou um manifesto, e paralisando-se as aulas durante o período necessário para que todos os alunos possam participar da campanha;

- realização de um movimento anti-URP por ocasião da visita de Geisel a Ribeirão Preto;

- exigir do reitor a manifestação de sua posição sobre a URP e, caso isto não ocorra, realização de uma “caravana” dos alunos do campus de Ribeirão Preto até a Reitoria;

- formar uma Comissão Interna aberta à participação dos alunos de todas as faculdades do campus para encaminhar as propostas e problemas de caráter local;

- procurar o apoio dos estudantes de São Paulo e das outras universidades, constituindo-se uma Comissão de Relações Externas, encarregada da integração do campus de Ribeirão Preto com as outras unidades da USP.

Fazendo cumprir as decisões da assembléia, dia 25 de abril, os estudantes percorreram a cidade distribuindo um manifesto anti-URP à população, obtendo boa receptividade. Essa manifestação foi encerrada com uma concentração defronte à sede da prefeitura, onde grande número de estudantes, utilizando-se de megafones, expressaram sua posição contrária à URP.

Depois da passeata em Ribeirão Preto, os estudantes em caravana (300 alunos), vieram a São Paulo divulgar o problema entre seus colegas da USP, e exigir uma tomada de posição do reitor (que se colocou contrário à URP).

Dia 29, voltaram às ruas portando cartazes e faixas, dando andamento às manifestações.

Uma mordida na diretoria

Os alunos de São Carlos entraram em greve em abril. Soltaram o seguinte comunicado justificando a paralisação:

Os estudantes do campus de São Carlos da Universidade de São Paulo reunidos em Assembléia Geral no dia 1.º de abril de 1976, decidiram paralisar suas atividades escolares até que sejam satisfeitas as seguintes exigências:

- que haja concessão oficial para que todos os pleiteantes à bolsa de alimentação (297 estudantes) tenham suas refeições fornecidas até a publicação da relação definitiva dos bolsistas.

- que a COSEAS (Coordenadoria de Saúde e Assistência Social da USP) assuma oficialmente a administração do restaurante do Campus e

se comprometa a fazer as reformas necessárias para sanar falhas por ela mesma oficialmente constatadas.

- seja definida para os próximos anos o prazo máximo de vinte (20) dias a partir do início das aulas para a concessão das bolsas de alimentação.

A decisão tomada na Assembléia do dia 1.º/04/76, deveu-se à:

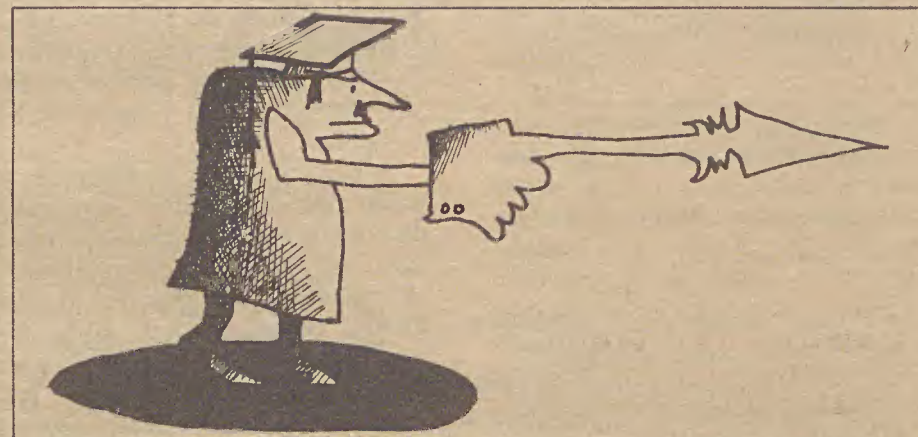
- displicência como a COSEAS desempenha suas funções, provocando os mesmos problemas todos os anos;

- que os entendimentos promovidos junto à Reitoria e a COSEAS não resultaram em soluções concretas ao problema;

- que é bastante grande o tempo decorrido para a efetivação das bolsas;

- situação insustentável em que se encontram muitos alunos, dependentes da bolsa de alimentação para se manterem estudando.

São Carlos, 2 de abril de 1976.



O dedo duro do Lingreu

Durou 14 dias a greve da Coordenação de Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe). Objetivos principais: a) aumento das bolsas de estudo; b) regulamentação do pagamento das mesmas (em função dos atrasos etc.); c) reconhecimento do conselho de representantes dos alunos. Como “resposta” as reivindicações, foram cometidas uma série de arbitrariedades contra os alunos e professores do curso.

Além de ameaças a alunos e professores mais combativos, policiamento ostensivo no campus, tentativas de prisão de estudantes, a medida repressiva mais grave foi a extinção do curso de urbanismo. Cento e cinquenta estudantes eliminados e sete professores demitidos. O reitor Hélio Fraga decidiu da demissão de tais professores por terem tido “um comportamento inconveniente”, que em outras palavras significaria o fato deles terem dado apoio aos alunos. A extinção do Programa de Urbanismo (P.U.R.) foi considerada ilegal pelo corpo docente e discente. Cabe assinalar o caráter do P.U.R., como sendo o mais aberto dos programas de pós-graduação e já há muito visado

pela diretoria da Coppe, que procurava através de pressões, mudar a orientação levada de análise sociológica para o planejamento urbano, procurando impor um direcionamento tecnológico.

A decisão de encerramento da greve foi tomada após os alunos do programa de Química, Engenharia Nuclear e uma parte dos alunos de Engenharia de Sistemas, terem anunciado sua volta às aulas. Apesar do apoio à greve nos outros programas (são 13 no total) os alunos decidiram voltar às aulas e optar por novas formas de lutas. A assembléia decidiu continuar as reuniões semanais, por programas e dos representantes de alunos, para a manutenção das reivindicações da greve ou seja: continuar os trabalhos das comissões formadas durante a greve; exigir da reitoria garantias para as atividades programadas para os próximos dias (conferências e palestras), com garantia de que os professores não darão aulas enquanto elas estiverem sendo realizadas; boicote às listas de presença consideradas repressivas; garantia de que nenhum aluno será punido; elaboração de um documento para denunciar as atitudes de alguns professores dentro da Instituição (um dos professores, Carlos Ernesto Lingreu entregou à reitoria uma relação com o nome de quatro estudantes, considerados por ele como sendo líderes do movimento).



pirar bem baixinho de alegria, e o da frente espirrar.

A ele, imediatamente o item *a* do artigo segundo: "Passar ou receber informações em combinação com outro aluno que se encontre dentro do recinto da prova". Penalidade: "Reprovação na disciplina mais suspensão de 15 dias". Inútil será sua tentativa de reclamar contra tal medida. O Estatuto da Cola está sempre alerta e não lhe perdoará, agora com o item *c* do artigo segundo: "Perturbar a realização da prova com o intuito de criar ambiente propício a cola". Penalidade: "Reprovação na disciplina e/ou suspensão de 30 dias letivos". Pior ainda se este mesmo aluno, ainda inconformado com as penas impostas, descontrolar-se, amassar a folha de prova, jogá-la fora e ir embora.

Grave erro seguido de uma terceira penalidade: "Assinar a lista e não entregar a folha de prova". Penalidade: "Reprovação na disciplina e/ou suspensão de 30 dias letivos".

Outro incrível exemplo seria o do sujeito que, em prova, tirar o sapato, descruzar as pernas, estiver sofrendo de gastrite de tanto comer hamburger, expirar de frustração e for inimigo do professor: será enquadrado em cinco itens de quatro artigos diferentes e somará uma penalidade aritmética exata de cinco reprovações na mesma disciplina ao mesmo tempo e suspensão por 455 dias letivos.

Apesar de rodeados por USP, São Carlos e outras universidades conturbadas, a FEI tornou-se um mar de ordem e tranqüilidade, onde os "feianos" podem assumir a sua verdadeira face de pessoas ordeiras e pacíficas, com a certeza de estar recebendo o retorno do seu investimento de Cr\$ 1.000,00 mensais e com garantia de estar sendo adequadamente preparados para o ano 2000.

AO CONSELHO DEPARTAMENTAL

A Comissão constituída pelos Professores Arthemio Aurélio Pompeo

Ferrara, Luiz Mauro Rocha e Niko Zuzek, apresentam ao Conselho Departamental a seguinte proposta referente aos diversos tipos e maneiras de cola dos alunos em provas ou exames:

1. Cola Individual:

a) Olhar para prova alheia ou tentar obter informações de outra maneira.

Penalidade:

1.^a tentativa: advertência, mudança de lugar, etc...

2.^a tentativa: anulação da prova e suspensão por 15 dias letivos seguintes.

b) Consultar apontamentos não autorizados.

Penalidade: reprovação na disciplina mais suspensão de 15 dias letivos.

2. Cola com colaboração alheia:

a) Passar ou receber informações em combinação com outro aluno que se encontre dentro do recinto da prova.

Penalidade: reprovação na disciplina mais suspensão de 15 dias letivos.

b) Passar ou receber informações em combinação com outros que se encontram fora do recinto da prova.

Penalidade: reprovação na disciplina mais suspensão de 30 dias letivos.

c) Perturbar a realização da prova com intuito de criar ambiente propício à cola.

Penalidade: reprovação na disciplina e/ou suspensão de 30 dias letivos.

3. Assinar a lista e não entregar a folha da prova.

Penalidade: reprovação e suspensão durante o período em decurso.

Money-in-the-box

Antigamente, a FAAP era igual às outras escolas superiores deste país. Entre uma aula e outra, você podia descer até a cantina e tomar um cafezinho (intragável), comer uma coxinha engordurada, uma esfiha "à la guerra civil libanesa", sanduíche altamente suspeito, ou mesmo tomar uma Coca-Cola com tudo aquilo que vem dentro da Coca-Cola. O preço não era barato, mas também não estava fora do que normalmente se cobra por aí. Alguns passavam mal, outros passavam muito mal. Enfim, as coisas se equivaliam: para um ensino medíocre, uma alimentação idem.

Isso foi antigamente (digamos, há cinco meses). Hoje, tudo mudou. Tudo, não: o ensino continua medíocre. Mas a cantina foi fechada, e no lugar dela montou-se o Jack-in-the-Box Perdizes, uma verdadeira super-produção em matéria de lanchonete. Fantástica, mirabolante, cheia de maquininhas, saquinhos, guardanapinhos, nomes esnobes, molhos estapafúrdios, uniformes laranja, ofertas du-dia, gerentes agitados, caixas cintilantes. A Coca-Cola é servida em copinhos tampados (dizem que é para evitar que as garçonetes caiam dentro).

— Ostentação para impressionar a freguesia? Sim, mas não só isso. Afinal, cada uma das muitas filiais do Jack-in-the-Box conta com os mesmos serviços, as mesmas características, tanto nos Estados Unidos como no nosso Brasil varonil. É muito dinheiro, muita técnica de persuasão, muito poder, que quando decide "Vamos instalar um Jack na FAAP", é porque não pretende sair de lá tão ce-

do, não antes de ter um BOM lucro (e ponha BOM nisso).

E lucro às custas de que? De nosso hipnotismo por aquele aparato todo. Do que resta da mensalidade. O que escapa da caixa da escola vai para a caixa do Jack. Thanks.

Tá legal, tá legal, a gente teria que gastar essa grana em algum outro lugar, na velha cantina, no bar da esquina, sei lá. Tá legal, todos nós gostamos de uma boa apresentação, de uma higienizinha pelo menos aparente. Tá legal. Mas pera lá! E os preços? Os preços do Jack são razoáveis, digamos, para um fim de noite do garotão e da gatinha que saem do cinema e tão afins dum rango. Os preços são até razoáveis para funcionários classe A com muita pressa, necessitamos de um lanche rápido, mas à altura de seu salário. Mas os preços do Jack são *abusivos* para qualquer estudante que não come na escola por prazer, mas porque não teve tempo de comer em casa, ou tem que trabalhar à tarde, ou que chegou do trabalho direto, à noite.

Cantina, lanchonete, restaurante de escola ou local de trabalho deve vender seus produtos a um preço mínimo! Ir à escola não é programinha de fim de semana, cáspite! E aí não interessa se é a FAAP S/A ou o Grupo Escolar República do Haiti.

Outra questão que parece frescura, mas não é. Os sanduíches do Jack são servidos no Brasil exatamente como nos Estados Unidos. E como os americanos não têm paladar, a gente é obrigado a engolir pão com gosto de nada, carne com gosto de nada, molho com gosto de nada. Pô, é curvar demais essa nossa espinha, já tão flexível: comer o que eles gostam (hamburger) do jeito que eles gostam! Isso é puro colonialismo, é o mesmo que obrigar índio a se vestir ou esquimó a tomar banho todos os dias. Esse detalhe não é o mais importante, mas é bastante sintomático.

O importante mesmo, mesmo, é o seguinte: CANTINAS DE ESCOLAS DEVEM PERTENCER AOS SEUS ALUNOS E SEREM ADMINISTRADAS POR ELES SEM OBJETIVO DE LUCRO. (Na FAU fizeram isso uma vez, nos barracos da Filosofia-USP também. Vendiam qualquer sanduíche a um cruzeiro, cinco vezes mais barato que o mais barato e mais sem gosto dos sanduíches do Jack-in-the-Box.) Isso não é lei, não está em nenhum regulamento, mas é um direito pelo qual a gente deve lutar, em nosso próprio interesse, com o perdão pelo chavão. Nós, da FAAP, abrimos o precedente, ou melhor, deixamos que ele fosse aberto. Agora isso pode ocorrer em todas as isoladas. Onde houver dinheiro e conformismo haverá um Jack farejando.

E logo nossas salas de aula serão desocupadas para se tornarem lojas de equipamentos para moto, butiques, filiais da Hi-Fi, casas de artigos esportivos, de importação de bebidas de moda jovem... O Shopping Center Faap vem aí?



“NÓS SOMOS ESCRAVIZADOS”:

“Seu dotô nordestino temos muita gratidão pela ajuda dos sulista nesta seca do sertão. Mas dotô, uma esmola prá um homem que é são ou lhe mata de vergonha, ou vicia o cidadão. ...Como vê, mais da metade do Brasil tá sem cumê!”

(Vozes da seca. de Luiz Gonzaga)

Homem do campo brasileiro explorado pelo grande latifúndio e expulso de suas terras.

Com o objetivo de levar ao conhecimento de todos a real situação, jornalistas, professores, estudantes, artistas, pessoas ligadas a igreja e também envolvidos pelo problema, reuniram-se na primeira Semana “O Homem e A Terra”.

Debates, filmes e conferências relataram e mostraram o dia-a-dia do camponês — tristezas, alegrias, trabalhos, revoltas — suas lutas. No mural, denúncias de prisões de posseiros, torturas, como as de Manuel da Conceição (líder camponês atualmente no exílio); a guerrilha no Araguaia, em recorte do jornal “Diário Popular”. Painéis de fotografias, e duas publicações — “Terra Nossa — Liberdade” e “Relações de Trabalho no Campo” — complementaram os temas debatidos.

Em defesa dos camponeses

D. Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia, falou em defesa dos camponeses sem terra, combatendo a expansão do latifúndio, a exploração do peão, do posseiro, do índio, a política do governo voltada aos interesses dos grandes proprietários. Falou dos conflitos de terras, da repressão, da expulsão do padre Jentel.

A seguir, Sérgio Buarque Gusmão, do semanário “Movimento”, relatou como o latifundiário é apoiado e incentivado pelo governo, a sua utilização para penetração capitalista no campo, e a existência de trabalho semi-feudais e até escravagistas.

“SABE DUMA COISA?”

“O governo diz que dá escola prá todos. Mas quem é que tem que com-



prá os livros? Não é a gente? Bóia-fria não tem dinheiro prá comprá coisas! Sabe duma coisa? Os grandes precisam da gente sem estudo e sem conhecimento, prá explorar. Por isso é que eu quero que meu filho estude, prá ser inteligente, e prá melhorá essas coisas aqui. Meu filho vai trabalhá é no campo, pois é lá que ele vai construir um mundo melhó.”

Do documentário Tarumã, o depoimento consciente de uma diarista (bóia-fria). Neste mesmo dia, no Teatro da Universidade Católica de São Paulo, centenas de pessoas (quase mil e duzentas) assistiram as curtas-

metragem “Ó Xente, pois não”, “Bóias-frias”, além de Tarumã, onde os atores eram o próprio povo.

Além dos documentários, a Semana procurou ilustrar e debater a problemática da terra, através de peças de teatro e de filmes como “Morte e Vida Severina” e “Uirá”.

Em “Morte e Vida” os camponeses lutam por um pedaço de terra, seus costumes e sentimentos. Em “Uirá”, os índios, numa pesquisa antropológica de Darcy Ribeiro: a invasão do latifúndio, a expulsão de suas terras, o geocídio, a interferência da sociedade dita civilizada em sua cul-

tura. Após o filme, D. Tomás Balduino, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), falou do encontro de Caciques em Meruri (região de Mato Grosso) quando os índios defenderam a necessidade de discussão e união entre as diversas tribos, sua auto-determinação como povo, a luta contra a exploração e suas formas.

APESAR DAS TORTURAS, DOS DESPEJOS...

Em seu trabalho constante, D. Pedro sofre os mais diferentes tipos de pressão: perseguição por parte da polícia política, prisões e um processo de expulsão do país.

Presente no primeiro dia da “Semana”, iniciou e encenou a palestra com as mesmas palavras: “...Seria bom que a Semana Homem e a Terra não significasse apenas solidariedade. O lavrador, o posseiro, o peão, o índio estão tentando sobreviver, estão se defendendo da morte. Apesar das intervenções, dos despejos, das torturas, dos espancamentos da polícia, estadual e federal, apesar das ilusões dos programas oficiais, a teimosia do camponês é mais do que significativa. Depois de ter sido tocado 1, 2, 3, 5 ou 7 vezes sucessivamente e permanecer nesses sertões cutucando um dia, ameaçado - oficial e publicamente. Se o homem da cidade tivesse essa mesma coragem e teimosia, talvez as esperanças de futuro seriam melhores para todos.”

A região da prelazia de São Félix é uma região de conflitos sociais, de luta pela terra, luta contra o latifúndio; situação esta causada pela manutenção do latifúndio, que impregna 400 anos de história brasileira. A problemática do campo na “Amazonia Legal”, ocorre com diversas variantes, em todo o campo brasileiro, pois em todo o país há predominância do monopólio da propriedade territorial. Os posseiros da região são os migrantes nordestinos, que já haviam se retirado do seu lugar de origem, expulsos pelos latifundiários, obrigando o camponês a rumar para novas áreas rurais à procura de um pedaço de terra para cultivar; e devido também à falta de recursos e assistência para lá se fixar. Do Nordeste o retirante foi para Goiás, de onde foi expulso com a chegada do latifúndio, rumando, então, para o norte do Mato Grosso, atravessando o Araguaia.

Ao chegarem os retirantes já encontraram os primeiros posseiros: os índios. Houve conflitos entre eles, mas foram relativos e pequenos, pois os conflitos entre os explorados é sempre pequeno e relativo. O grande conflito começou mesmo quando da chegada do grande latifúndio, apoiado pela política oficial.

“... em 1973, o então presidente Médici, empreendeu uma visita à Jari Projetos Agropecuários e ficou surpreso (?) com o que viu na fazenda do bilionário norte-americano: uma



“Os grandes precisam da gente sem estudo e sem conhecimento, prá explorar”

400 ANOS DE LATIFÚNDIO

faixa portada pelos trabalhadores, que dizia: "Nós somos escravizados"..."

Os posseiros chegados do Nordeste se espalharam pela área da prelazia, abriram picadas na mata, não tinham assistência nenhuma, pegaram malária, febre, e criaram ali uma agricultura de subsistência. Como diz Pedro Casaldáliga: "é gozado quando se fala dos novos bandeirantes, desbravadores da região, se fala nos fazendeiros, nos latifundiários. Mas o verdadeiro desbravador da região foi o camponês do Norte e Nordeste, que não tiveram à sua disposição incentivos fiscais, apoio oficial, ida e vinda para São Paulo todo fim de semana, não tiveram teco-teco, nem nada disso".

Já desbravada, chegaram então à região os grandes empreendimentos, apoiados abertamente pelo governo. O latifúndio, "é o todo protegido."

Conforme colocou o jornalista Sérgio Buarque, para se ter idéia de como o latifúndio é incentivado, há uma propriedade de 1,5 milhão de hectares, entre os estados do Pará e Amapá, do famoso bilionário Daniel Ludwig. Logo após o golpe militar de 64, o ex-embaixador nos Estados Unidos, Roberto Campos, foi aos EUA informar a "nova ordem" que havia se instalado no país e ao mesmo tempo fazer um convite aos investidores norte-americanos, para que se instalassem no Brasil.

Como se sabe, esse bilionário aceitou o amável convite, e assim que chegou entrou em contato com o então presidente, Marechal Castelo Branco, inaugurando uma prática de entrevistas, talvez semestrais, com os presidentes da República. Após esse contato, comprou a propriedade, onde realiza gigantescos projetos, aos quais muito pouca gente tem acesso. Em 1973, o então presidente Médici empreendeu uma visita à "Ja-

ri — Projetos Agropecuários" e ficou surpreso (?) com o que viu na fazenda do bilionário americano: uma faixa portada pelos trabalhadores, que dizia "nós somos escravizados". A grande empresa capitalista se aproveitava de todas as relações de produção semi-feudais e primitivas ainda existentes. Inclusive, é comum entre essas empresas a não-vinculação do trabalhador rural.

Comprovando, também, a proteção oficial ao latifúndio, em 1970, o então deputado (Arena) e major-brigadeiro Aroldo Velloso foi relator de uma CPI que investigava a compra de vinte milhões de hectares por estrangeiros. Após a CPI, o governo decidiu então criar uma lei que "limitava" (sic) em 1/4 do município a compra de terras por estrangeiros. É interessante notar que os municípios da Amazônia são gigantescos: por exemplo, o município de Barra do Garça, no Mato Grosso, possui 150 km² ...

Outro fato interessante foi a ida do então ministro da Agricultura ao Seminário de Investimentos Estrangeiros, na Áustria, em junho do ano passado, quando os investidores reclamaram ao ministro das tramitações para a compra de terras no país, queixando-se ainda da crescente estatização (sic); o ministro, então, lhes deu um amável conselho: "Olha, se vocês só podem compra 1/4 da área de cada município, então peguem dois municípios vizinhos, que dá para comprar 1/4 de um e 1/4 de outro". Ora, se, por exemplo, cada município tiver 190 mil hectares, compra-se o estado do Mato Grosso quase que inteiro...

Chegou o latifúndio, iniciando o grande conflito; a grande luta do camponês sem terra.

O que significa para o índio, o posseiro e o peão a penetração do latifúndio naquela região?

Para o índio e o posseiro, a expulsão, a luta. Para o peão, trabalhador



"Se o homem da cidade tivesse essa coragem. . ."

que não tem garantias trabalhistas, vindo do Nordeste em "pau-de-ara", a penetração do latifúndio significa um regime de escravidão. Fato que o comprova é o "caso Codeara", que mantinha sob um regime escravagista os trabalhadores. Conforme afirmam, este foi o caso máximo de escravidão branca no país — essa escravidão significava: nenhuma lei trabalhista, nenhum contrato com a empresa, a fome, a perseguição pela polícia, etc.

"Agora, o Parque Nacional do Xingu é só Parque do Xingu."

A latifúndio considerava o Parque Nacional do Xingu (PNX) o filémignon da Amazônia. Com os faraônicos programas de abertura de estradas, o Parque, que é maior reserva indígena do país, foi cortado em sua melhor área, a pedido do latifúndio. Segundo as palavras de Olympio Serra, "o Parque tem poucas esperanças de futuro". Pelas palavras de Pedro Casaldáliga: "agora, o PNX é só Parque do Xingu".

A penetração do latifúndio nas "terras gerais" significou, para os camponeses, o despejo, a queimada dos barracões e das roças, a derrubada de suas pequenas cercas, a castração de seus animais, o espancamento e até a tortura oficializada — enfim, a perda da terra e dos meios de sobrevivência, que leva à migração para a fronteira agrícola do país. Na área da prelazia ocorrem também o espancamento, a prisão e a perseguição de elementos da equipe pastoral, afirmou D. Pedro.

É interessante notar que 82% da área rural é comprometida com o latifúndio, e a sua expansão, acompanhada de toda a técnica moderna, se dá conservando relações de produção feudais e semi-feudais. Na Amazônia, esta expansão significou, também, o desmatamento de 4 milhões de hectares e o aumento, a cada dia, das lutas sociais no campo.

"... no campo o camponês não tem terra para trabalhar e nas cidades o

camponês não tem terra para morar..."

Através da Comissão Pontifícia de Justiça e Paz, a CNBB elaborou um documento criticando a política agrária e propondo uma reforma agrária em bases mais reais, que não foi aceito. Na opinião de D. Pedro Casaldáliga, "a reforma agrária não pode ser simplesmente uma reforma." Reacreditar no Incra, ele diz também: "A equipe pastoral fazia questão de acreditar no Incra; ele atingia de perto esses problemas, pois foi criado para isso. Toda a equipe fazia questão de transmitir sua fé no Incra. Como dizíamos, acreditamos no Pai, no Filho e no Incra. Infelizmente, eu posso dizer aqui, neste momento, que a gente não tem mais condições de acreditar no Incra. É uma autarquia ligada ao Ministério". "Não vou falar da Sudene, pois foi suficientemente criticada pela Igreja", acrescentou.

"Quería colocar, aqui e agora, que o problema do homem e a terra é um problema global, um problema do campo e da cidade. O campo e a cidade é um problema de interferência total, são milhões de brasileiros com legítima vocação de camponeses que estão nas cidades, retirantes sem terra a procura de algum trabalho. É certo que as 11 milhões de famílias sem terra (dados do Incra e da Contag), significam um problema realmente sério. No campo o camponês não tem terra para trabalhar e nas cidades o camponês não tem terra para morar — é o posseiro urbano."

A Semana foi uma promoção das seguintes entidades:

Casa da Universitária de São Paulo; Centro Acadêmico/GV; Centro Acadêmico de Química (USP); Diretório Acadêmico FEI; D.A. 13 de Abril/Comunicações — FAAP; D.A. Filosofia e Letras (PUC); D.A. Leão XIII (PUC); D.A. XXII de Agosto (PUC); Cinuca (Cine Clube da Universidade Católica.)

Realizada no TUCA, São Paulo, de 5 a 10 de abril.



Do Nordeste ao Araguaia, o êxodo à procura de um pedaço de terra

“É o fim do mundo.” A porteira foi fechada: Trindade morreu.



“Queimaram e roubaram as casas de terra batida.”

Trindade é uma pequena aldeia de pescadores. Localiza-se, para quem tá a pé, a mais ou menos três horas e meia da nova estrada, Rio-Santos. O caminho é penoso, de terra, subidas e descidas. A natureza quase que ironicamente esconde a aflição do pequeno povoado, um mar calmo e pedras enormes como que protegendo-os de invasões externas.

Inapelavelmente Trindade está sendo destruída. A Cia. Empreendimentos Parati (multinacional ligada ao turismo) conseguiu prioridades para explorar o local, ainda no início da construção da Rio-Santos, no governo Médici.

Segundo algumas pessoas estas terras já vêm desde o 1º século do descobrimento com os índios tamoiós e tapuias, de seus avós, de seus pais.

Hoje já com a estrada quase que totalmente construída, a cia. apressa os preparativos para receber os turistas, que sem dúvida invadirão a região de Laranjeiras e Trindade.

Os portais construídos impedem a entrada para as duas regiões, mostrando já o controle da construtora sobre as terras. Os jagunços distribuídos convenientemente pela companhia, nos portais e nas pedras do caminho observam aguçadamente, todos que passam.

Por ali já passaram muitos, repórteres, estudantes, alguns turistas que de alguma forma tentaram levar um pouco de ajuda. Souberam das bocas do povoado os primeiros gritos de horror, das invasões, dos incêndios, dos saques, das ameaças, da vontade de reagir, de ficar nas suas terras, da traição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, dos seus advogados.

No início quando chegaram os primeiros repórteres, apenas três famílias tinham cedido às pressões e ameaças da cia., vendendo suas casas, a sua terra plantada, a pesca e as verduras e frutos nativos por 60 mil cruzeiros. Tinham abandonado Trindade, e em Ubatuba, já sem um tostão viviam de favor. Nessa época todos lutavam para continuar nas suas terras e tinham ouvido dos advogados do Sindicato, que nunca mais apareceram, um tal de usucapião que dava

todo o direito, por lei, de permanecerem ali.

A Igreja Católica que permaneceu lá até o início da Rio-Santos já não existia mais. Apareceram outras duas, a Assembléia de Deus e Brasil para Cristo, bem mais estruturadas; a orientação dos pastores era de que o preço de 60 mil estava muito baixo, e que deviam ficar até subir um pouco mais.

Faziam parte também desse episódio figuras como o Sr. Severo Gomes, atual ministro da Indústria e Comércio, que tinha algumas posses adquiridas pouco antes da concessão à cia. para exploração da área.

A compra e venda das posses, mercado restrito a algumas pessoas, tinha sido paralisado, uma vez que com a vinda da nova estrada as forças se desequilibraram; mas antes de qualquer atitude de protesto a conhecida empresa multinacional inteligentemente tomou providências, como oferecer outro terreno em local semelhante à alguns proprietários mais influentes.

Surgiram os primeiros jagunços armados e piorou tudo. Estouraram até 100 búfalos nas roças destruindo toda a plantação; queimaram e roubaram as casas de terra batida.

Os pescadores fizeram dezenas e dezenas de pedidos de ajuda não só para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais mas até para a Prefeitura de Parati. Mas nunca foram atendidos.

O velho Silvano de 75 anos visivelmente magoado diz que “os homens hoje não são mais unidos, hoje é cada um por si. A cia. faz o que quer. Todo mundo fica sabendo, mas ninguém faz nada. É o fim do mundo.” Quando ouviu dizer que o dono da mercearia não quis falar nada para o repórter do semanário Opinião, ele reagiu: “eu tinha prazer de ser preso na minha roça; é que eu não posso mais trabalhar, senão continuava trabalhando. Eu respondo à minha prisão. Ia perguntar por que eles estavam me prendendo, se não são polícia não têm esse direito. Me prender por quê? Por que estou plantando em minha terra?”

A nova ordem em Trindade: nenhum habitante do lugar pode plantar daqui prá frente. Não devem mais

levantar novas casas, nem remendar as velhas e nem mesmo levantar cercas.

As pessoas de fora vêm e vão, escutam, prometem ajuda; 2 semanas, 3 semanas, 1 mês.....

Quando chegam de novo a porteira da companhia está para ser fechada; tem até placa: Fazenda Laranjeiras. Começa na estrada de Santos, engloba a estrada de terra, uns 10 kms e vai até as águas do mar inclusive. Segundo dizem, conseguiram concessão da Marinha prá ter essa régalia.

— Cê não sabia? Aqui tá tudo vendido. Aqui a gente vendeu tudo porque uns ficaram com medo e começaram a ceder. Então não dava mais. Vieram tanta gente. Muita gente da cidade. Mas nunca mais voltaram, né? Falaram tanta coisa, pegaram até o nome de todo mundo. Eu queria ficar, sabe? Aqui a gente tem de tudo. Ah! Lá fica Laranjeiras, diz que é pros bastante rico e aqui Trindade pros menos.

— Até pode parecer que a gente é contra o turismo ou bem da nação. Mas não é isso, não senhor, é que a gente tem que ter nosso cantinho.

— Eu hoje não compro, não deixo eles pisarem aqui em casa; mas amanhã não posso plantar porque eles proibem, não tenho o que comer, não tenho como ficar: acabo comprando e eles sabem disso.

— A cia. chegou e comprou primeiro a Justiça.

— Quando a gente fraquejou, compraram a nossa terra.

— Você vê que a culpa é sempre do dinheiro, diz Salvino.

Hoje o portal de Trindade foi fechado pela Cia. Empreendimentos Parati. Ninguém mais entra. Trindade foi traída.

Parece que já acharam outro povoado com lindas praias. Dizem que se chama Nova Trindade.

Um camponês no exílio

(“Para mim é até uma honra ser o primeiro analfabeto a sofrer a cassação dos direitos políticos...”)

Em março deste ano, o ex-líder sindical rural no Maranhão, Manoel da Conceição, deixou o Brasil com destino à Suíça. “Vi que para mim, aqui no Brasil, só restavam dois lugares: ficar na cadeia ou debaixo do chão”, declarou. Antes de partir, deixou um documento onde expõe os motivos de sua viagem, e fala de sua vida de trabalho e lutas.

(DEPOIMENTO DE MANUEL DA CONCEIÇÃO)

“Nasci a 24 de julho de 1935, no povoado de Pirapema, município de Coroatá, Estado do Maranhão. Meu pai era um lavrador pobre. Possuía uma pequena gleba de terra deixada como herança de seus avós, onde ele trabalhava e produzia arroz, mandioca, feijão e verduras, na base da en-

xada e do facão. Nunca sentei num banco de escola, mas aprendi a ler quando era crente da Assembléia de Deus, e comecei a ler a Bíblia e uma carta do ABC.

“A primeira vez em que assisti a uma cena de violência, que me marcou muito, foi em 1953, quando uma senhora Margarida Soares, proprietária de grande extensão de terras, alegou que as terras de meu pai e de vários pequenos lavradores eram suas por usucapião. Meu pai não concordou, os avós dele já moravam lá, mas ela trouxe jagunços e policiais para invadir as terras e nós tivemos que sair. Meu pai ainda entrou com um recurso na Justiça, mas não conseguiu nada.

“Mudamos então para a localidade de Santa Luzia, município de Bacabal, para terrenos devolutos, que eram do Estado, onde já haviam se estabelecido outros lavradores há mais ou menos 20 anos. Mas dois anos depois, em 1957, fomos expulsos novamente, porque um senhor chamado Manacé de Castro, filho do delegado do município, entendeu que as terras eram dele. Fizemos uma reunião de todos os lavradores atingidos para saber o que fazer mas, no meio da reunião, chegaram o Manacé e uns 20 jagunços. Eles não perguntaram do que se tratava, não falaram nada. Foram logo atirando. Vi cinco pessoas morrerem na hora. Uma velhinha pediu, ajoelhada, para não matarem seu filho, que já estava estirado no chão. Foi o que bastou para atravessarem uma peixeira nela. Uma criança quando viu seu pai cair, gritou: “papai, papai”, e também atiraram nela. Eu escapei com vida com muita sorte, só levei uma bala, que atravessou minha perna.

“Eu e minha família voltamos então para Pirapema. Em 1960, ajudei a fundar a Associação Rural de Pirapema. Éramos 80 associados. Numa das assembleias, os associados propuseram recuperar as terras da dona Margarida Soares. Enviamos o presidente para falar com as autoridades mas ele não conseguiu nada. Então resolvemos apanhar os frutos das terras que tínhamos plantado para não morrer de fome. Ela foi para São Luís falar que havia um bando de ladrões roubando suas terras e frutos. Fomos falar com as autoridades e um coronel da Secretaria de Segurança marcou dia e hora para que os associados esperassem uma representação da Secretaria para discutir o assunto. No dia marcado, chegaram 28 soldados e um tenente, armados. Nem perguntaram o que estava ocorrendo conosco, e mataram 8 pessoas. Isto aconteceu em 1962, e é uma das histórias mais tristes do Maranhão.

“Ficamos novamente sem lugar para morar, e então mudamos para Pindare-mirim, onde fiz um curso sobre sindicalismo no Movimento de Educação de Base (MEB), ligado à Igreja ilegalmente reconhecido pelo presidente da época, João Goulart. Só nessa época é que permitiram a sindicalização rural. Ao sair do curso comecei a fazer um trabalho de escolas de alfabetização, para adultos e crianças. Conseguimos fazer, em

Kobayashi Habitacional, Saudações Universitárias

Carta enviada pela Casa da Universitária ao MEC

“Dirigimo-nos a Vossa Excelência no intuito de colocá-lo a par de nossos problemas e na expectativa de que desse contato surja uma alternativa de solução para nossas dificuldades.

“A Casa da Universitária de São Paulo, entidade declarada de utilidade pública estadual pela lei n.º 1879, de 14 de novembro de 1952 tem o objetivo de abrigar jovens estudantes de poucos recursos que se deslocam do interior e de outros estados para completar seus estudos na Capital. Desde a sua fundação, a CUSP tem desempenhado um papel social da maior relevância, contribuindo na formação de centenas de jovens que passaram por suas dependências. As suas moradoras ela tem proporcionado não apenas um teto, mas uma comunidade que oferece aos seus membros condições para um desenvolvimento cultural e intelectual.

“Nos últimos anos assistimos ao crescimento do número de estudantes universitários através da proliferação indiscriminada de escolas particulares, o que implicou em maior necessidade de moradia estudantil acessível, tendo em vista o consequente aumento das anuidades.



“No entanto, ao invés de novos conjuntos residenciais que atendessem às necessidades de moradia estudantil, assistimos ao fechamento do CRUSP e à sua transformação em residência apenas para pós-graduados.

“Atualmente, as casas de estudantes existentes são: Casa do Politécnico, com o total de 105 moradores; Casa do Estudante de Medicina, com 50 moradores; Casa XI de Agosto, com 70 moradores; casas estas que

são sustentadas pelos próprios estudantes.

“Neste quadro, a ameaça de extinção que paira sobre a CUSP é mais grave ainda: destruir a última moradia para universitárias em São Paulo.

“A ameaça de extinção da Casa da Universitária começou a existir a partir do momento que a Cúria Metropolitana de São Paulo vendeu o imóvel a uma empresa japonesa: Kobayashi Habitacional do Brasil, que logo procurou uma maneira de

despejar-nos. Tal medida colocava em risco a continuidade de nossos estudos, bem como o de futuras moradoras que não encontrariam mais em São Paulo um teto que as abrigasse. Isso levou-nos a assumir a defesa da instituição da Casa da Universitária de São Paulo e nesse sentido fizemos uma verdadeira peregrinação por órgãos estaduais, inutilmente, sempre jogadas de um lado para o outro.

“O nosso movimento conta com a solidariedade dos colegas das mais diversas escolas, dentre os quais milhares enfrentam o problema de moradia. Paralelamente apóiam-nos setores da intelectualidade, artistas e particularmente a imprensa, cujo conhecimento e divulgação desta carta consideramos de grande importância, visto que trata de um problema que a todos sensibiliza e preocupa.

“Já fomos vítimas de atitudes desrespeitosas por parte de policiais quando da comemoração do 24.º aniversário da entidade, amplamente divulgadas pela imprensa e que parece terem sido freadas.

“Nada disso abateu nosso ânimo porque nós sentimos, mais que qualquer outra pessoa, a necessidade premente de moradia de estudantes.”

“Saudações Universitárias

AS MORADORAS”

Os cientistas (técnicos?).

Os alunos (papagaios?).

O descontentamento em relação à política educacional do governo e a preocupação em se debater o sentido que possui o ensino de nível médio em nossa realidade, foram duas características que marcaram o III Simpósio Nacional de Ensino de Física da Sociedade Brasileira de Física (SBF), realizado em São Paulo, de 25 a 31 de janeiro.

Com a participação de mais de 600 pessoas — professores universitários e secundários, pesquisadores e estudantes — o simpósio teve uma programação bastante intensa: conferências, como as dos sociólogos Luiz Antonio Cunha e Paul Singer; atividades culturais, como o bate-papo com Plínio Marcos e a apresentação de uma peça do Grupo de Teatro do Cefisma (Centro de Estudos de Física e Matemática-Usp), formada por trechos de “Galileu Galilei”, de Brecht, “Os Físicos”, de Durrenmatt, e “O Caso Openheimer”, de Kipphardt, peças onde se discutem a função e as responsabilidades do cientista no mundo de hoje; e, principalmente, debates, gerados a partir de trabalhos apresentados pelos participantes.

O ponto central das discussões foi a crítica à lei 5692/71, que criou os cursos de curta duração e o ensino profissionalizante. Qual o conhecimento que um professor terá das disciplinas de física, química, biologia e matemática, formando-se em dois anos e meio? — era a questão que se levantava. Para os físicos, este pro-

fessor será apenas um técnico a aplicar em seus alunos uma técnica pré-determinada, ou seja, limitando-se a transferir para seus alunos os parcos conhecimentos adquiridos neste curso elementar, sem introduzir nada de novo.

Já no II Simpósio, realizado em 1973, os professores de física tinham manifestado seu descontentamento pela implantação de uma reforma no ensino médio, elaborada sem a participação da grande maioria dos professores. Neste ano, viram-se confirmadas as previsões, feitas em 73, a respeito das consequências danosas da implantação da lei 5692: superficialidade do ensino de ciências em vista da diminuição da carga horária; ausência de preparo real do aluno, quer para sua formação geral, quer para seu encaminhamento profissional ou universitário; queda de qualidade dos profissionais e seu consequente desprestígio.

Um outro aspecto importante nas discussões, foi a preocupação em se discutir não propriamente as técnicas de ensino — como ensinar — e sim a função que teria este ensino: para que ensinar e para quem. Neste sentido, professores e alunos estavam igualmente preocupados em descobrir as causas dos problemas, da maneira mais ampla possível. Uma opinião era geral: primeiro é necessário saber para quem se vai dar um curso, e só depois definir o conteúdo e as técnicas.

Findando os trabalhos do Simpósio, realizou-se no dia 30 uma assembleia, onde foram aprovadas diversas moções. A primeira delas criou os Centros Regionais de Professores de Física do Ensino Médio, medida que visa eliminar a descontinuidade dos trabalhos da SBF. Uma segunda

moção foi aprovada nos seguintes termos: “que a SBF dirija-se às autoridades competentes (MEC, Secretarias de Educação, Congresso Nacional e Assembleias Legislativas) pedindo a urgente reformulação da política educacional relativa ao ensino médio, reformulação esta baseada na participação da ampla maioria dos professores”.

Por aclamação, foi aprovada moção pedindo que fosse libertado o prof. Roberto Marques Argolo, um

Mais do que uma inauguração

A inauguração do novo CAAE-GV em março último poderia ser mais um simples acontecimento social na EAESP. Mas não o foi. Os tempos estão mudando nessa Escola, onde os alunos não mais admitem restringir-se a acontecimentos sociais, mas sim a manifestações políticas definidas, junto a outros setores da sociedade, dentro da luta por conquistar as liberdades básicas e os direitos essenciais ao homem.

A cassação dos Deputados emedebistas Nadyr Rosseti e Amaury Miller impediu a presença do Presidente do MDB, Ulisses Guimarães, no evento ao qual compareceram colegas da USP, das escolas isoladas, da Casa da Universitária, e alguns parlamentares, além do pessoal de teatro popular.

Muitos questionaram a validade da presença de políticos nessa reunião, mas o discurso do Presidente do CAAE foi esclarecedor nesse ponto. Fez ele um rápido retrospecto do movimento estudantil na vida política do Brasil, ressaltando sua importância através dos tempos e cons-

dos fundadores do Instituto de Física da Bahia, a fim de que respondesse em liberdade ao processo que lhe é movido; e também a libertação de estudantes, jornalistas e operários que estão presos na Bahia. A assembleia também tomou posição contra as medidas restritivas às liberdades e direitos individuais, pela anistia a professores atingidos pelo AI-5, e a discussão ampla e livre dos problemas nacionais, como o educacional, o energético e o político.

tatando a ação dos órgãos de segurança que limitam a ação estudantil, haja vista as prisões constantes de universitários, cujo exemplo mais recente temos no caso dos dois colegas da Bahia, presos e torturados. Diante disso, nada mais válido que a união de pessoas, sejam elas universitárias ou políticas, que defendam alguns interesses comuns.

A repressão no país, institucionalizando-se, reveste-se de uma aparência legal, que só a torna mais revoltante. Basta que uma suspeita seja levantada quanto ao “bom andamento” das coisas (estudante tem que estudar), para que novas medidas sejam tomadas, estudantes presos e torturados, e acusados hipotéticos subversivos.

O problema da falta de moradias para estudantes em São Paulo foi ressaltado pelas colegas da Casa da Universitária, denunciando o desinteresse das autoridades competentes quanto à CUSP, que se vê ameaçada de extinção.

O importante diante de tudo isso, afinal, não foi o fato dos alunos da EAESP terem nova sala de jogos, mas sim o fato de ouvirem, e falarem sobre as tão esquecidas liberdades democráticas.

Já não dizemos mais: este é meu lápis, esta é minha borracha...

Os integrantes do Grupo de Teatro da Geologia (USP) falam de sua experiência, de seu sistema coletivo de trabalho, de suas idéias, de suas propostas de atuação frente à nossa realidade, do espetáculo "Contratante", que estão apresentando para os seus colegas de todas as escolas.

"O grupo começou em março do ano passado, logo no início das aulas, a partir da iniciativa de alguns veteranos, durante o trote. Apareceu muita gente querendo participar, tanto calouros como veteranos. Não tínhamos ainda bem clara a idéia de como formar um grupo de teatro — à exceção de uma pessoa, ninguém havia tido qualquer experiência deste tipo — mas apenas alguns planos de se fazer um grupo que falasse da realidade da escola, dos problemas da universidade, etc. Após as primeiras reuniões, onde já deu para começar algumas discussões sobre os objetivos do teatro, de maneira bastante vaga ainda, programamos um acampamento, em Itanhaém, que foi bastante importante na consolidação do grupo. Fazíamos exercícios, representações improvisadas, sobre temas que estavam bastante próximos dos calouros, como, por exemplo, o trote. Depois desse acampamento e de mais algumas reuniões e exercícios, em fins de semana, aconteceu uma reunião que foi decisiva, onde se colocou em questão a maneira como os integrantes estavam encarando o teatro, os objetivos de cada um ao fazer teatro. O que ocorreu então foi uma espécie de filtragem, pois tinha gente que não estava encarando o teatro da mesma forma que a maioria: um meio de se levantar críticas às coisas que

nos rodeiam, dentro da universidade e mesmo na própria sociedade. Essas pessoas, que tinham uma visão diferente, que viam no teatro muito mais um "hobby", uma forma de lazer, saíram do grupo. Houve também outras pessoas que saíram, nessa época, por encontrar novas formas de trabalho, além do teatro, dentro da universidade.

"O Incidente em Antares"

Como primeira atividade prática, resolvemos adaptar, para o teatro, o romance "O Incidente em Antares", de Érico Veríssimo, trabalho que acabamos não finalizando.

Para que o desenvolvimento do trabalho se desse de uma forma realmente coletiva, em que todo mundo participasse, achamos que a melhor maneira seria dividir o grupo em comissões. Organizamos então três comissões: uma "comissão teórica", encarregada de preparar as discussões, tanto as teóricas como as discussões em cima de "O Incidente em Antares", e também da transposição da linguagem literária para a linguagem teatral; uma "comissão técnica", que cuidava da parte mais relacionada com a técnica teatral, exercícios, etc.; e uma "comissão de relações", com a função de fazer contatos com outros grupos e situar o GTGeo dentro da realidade que acontece fora dele. Além da utilidade prática, funcional, das comissões, elas foram muito importantes também em outro aspecto. Sempre que se forma um grupo de teatro — e esse é um grupo humano — há sempre a tendência do relacionamento entre seus integrantes ser um relacionamento basicamente afetivo, emo-

cional. Com a divisão do grupo em comissões, cada uma com um trabalho específico, a participação de cada pessoa era dinamizada, na medida em que ela teria idéias para debater, primeiro dentro de sua comissão e depois com o grupo todo, criando-se assim as contradições que vêm possibilitar um avanço coletivo. Desta forma, supera-se paulatinamente o relacionamento puramente afetivo, para se chegar a um outro tipo de relacionamento, mais que afetivo, ideológico, que permite a cada elemento, a partir da sua participação na dinâmica das comissões, começar a desenvolver uma prática da crítica e da auto-crítica.

Crescimento Homogêneo

Uma coisa que nós procuramos — e acreditamos estar conseguindo — durante o decorrer do nosso trabalho, foi fazer com que o desenvolvimento dos elementos do grupo se desse de uma forma homogênea, sempre dentro de um espírito de trabalho coletivo e de discussão. Este fato, de buscarmos crescer conjuntamente, é um dos aspectos que nos caracterizavam enquanto grupo. É, ao mesmo tempo, junto com o caráter realmente coletivo do trabalho e com o fato de haver um grande respeito, por parte das pessoas que tinham mais experiência ou mais claras certas idéias pelas que não tinham, o fator mais importante para se manter o grupo unido e coeso. Outro ponto positivo é que, apesar das limitações que temos pela nossa própria origem de classe, pequeno-burguesa, com o tempo nós fomos superando uma certa restrição que tínhamos em receber e mesmo em fazer críticas.

Levamos nosso trabalho sobre o "O Incidente em Antares" de maio até julho do ano passado. Foi quando começamos a questionar a validade e a possibilidade da gente montar este texto como coisa prioritária, acabando por desistir deste projeto. Por um lado, pela nossa falta de

experiência teatral, resultava muito difícil trabalhar em cima de um texto como este. Passamos a ver como necessário, no estágio em que estávamos, partir para um texto já pronto, que tratasse de uma problemática mais próxima da nossa, enquanto universitários. Por outro lado, a gente estava tendo uma evolução muito grande, em termos teóricos, surgindo a necessidade de uma resposta prática a essa evolução. A análise de "O Incidente em Antares" estava sendo feita de um ponto de vista bem crítico, de um ponto de vista histórico, social e político que nos mostrou as próprias deficiências do romance, em termos ideológicos, apesar de ele ser, de um modo geral, correto.

O GTGeo na Escola de Geologia

O GTGeo funcionou no ano passado, de certa forma, como se fosse um departamento do centro acadêmico. A grande maioria das pessoas do grupo participava das outras atividades que o Centro promovia: grupos de estudos, jornal, mural. Alguns faziam parte até da diretoria do C.A. Aqui na Geo é impossível desvincular, até mesmo fisicamente, o grupo de teatro de qualquer outro trabalho que é desenvolvido na escola. Consideramos este aspecto fundamental na evolução pela qual o grupo tem passado, o fato de estarmos inseridos em todas as formas de participação que foram surgindo dentro da escola, nesses grupos onde se pratica a discussão e se desenvolve tudo o que o grupo de teatro isoladamente não teria condições de fornecer. Acreditamos que só a prática, não paralela, mas a prática integrada, dentro da escola, é que levou ao desenvolvimento do grupo.

Em 1975 aconteceu uma série de fatos, dentro e fora da universidade, que motivaram a participação e a organização dos estudantes, permitindo que novas idéias fossem colocadas, discutidas e assimiladas por um

Rondon: agora sob nova administração

O Rondon está aí para ficar.

Passou de órgão do Ministério do Interior para fundação para ganhar maior autonomia e flexibilidade.

Mário Garnerio, um empresário ligado ao capital estrangeiro (diretor da Volks; presidente da Anfavea, entidade representante da indústria automobilística), foi nomeado presidente da nova fundação.

Com uma metodologia diferente das anteriores, o Rondon enviará todos os meses de janeiro, durante 5 anos, equipes para as mesmas áreas do Polocentro e Polonordeste (Brasília, Mato Grosso, Ceará e Piauí) tentando subordinar suas ações às diretrizes do II Plano Nacional de Desenvolvimento.

A Fundação Rondon pretende conciliar dois problemas distintos: a ausência do universitário nos processos de ação e decisão nos planos de desenvolvimento e o atraso das comunidades interioranas das re-

giões menos desenvolvidas.

Jogando dois gatos num mesmo saco e dando de lambuja um presidente representante da iniciativa privada, capaz de atrair consideráveis contribuições dedutíveis do Imposto de Renda, o governo cozinha nos grandes e misteriosos laboratórios técnicos mais uma solução para os problemas do desenvolvimento. Nesta, como em outras, não pediu nem recebeu qualquer participação daqueles que sofrem as soluções.

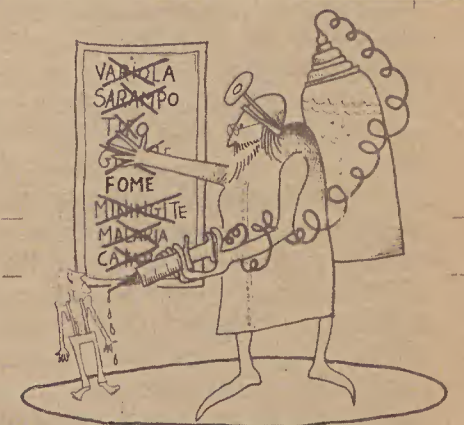
As comunidades atingidas pelo Rondon não foram consultadas sobre a forma como gostariam de ver resolvidos seus problemas. Sua participação é solicitada apenas na identificação dos problemas e na escolha das especialidades que serão enviadas à área. Ainda que precária, o fato de ao menos esta consulta ter sido feita, representa um considerável avanço com relação a métodos menos sutis

utilizados nos dias que correm.

De acordo com a revista Visão de 23/2/76, o coordenador-geral Neljair Guimarães, quando perguntado se o Rondon não trabalha em conjunto com os Centros Acadêmicos, permitindo uma maior integração entre os estudantes, seus órgãos de representação e o conhecimento da realidade nacional, teria respondido que "isto foge ao espírito do Projeto".

Passando por cima dos Centros Acadêmicos, a Fundação Rondon tenta canalizar os impulsos idealistas dos estudantes, que poderiam voltar-se para formas de ação nas quais os conceitos de eficiência seriam diferentes dos estabelecidos pelos tecnocratas.

Por outro lado, é interessante notar que a percepção dos planejadores encarregados do treinamento é melhor que a de alguns responsáveis pelos destinos da nação, como demonstra a apostila "Princípios básicos para organizar programas de comu-



nidade"; elaborada para o treinamento dos futuros rondonistas. Transcrevemos alguns trechos: "para obter resultados seguros, todo programa deve se ajustar aos seguintes princípios: (...) uso do método livre de discussão, com o devido respeito concedido a diversas opiniões (...). A coordenação deve animar as opiniões na base do respeito mútuo, em vez de eliminar as divergências ou impor opinião de um partido ou grupo". (O grifo é nosso).

A percepção das injustiças sociais,

grande número de pessoas, permitindo em consequência o crescimento do seu nível de consciência, e criando no estudante a necessidade de dar a resposta que a situação exigia. Estes fatos tiveram uma importância muito grande na formação do nosso grupo. É também importante lembrar, quanto a este aspecto, as características próprias que a Escola de Geologia possui. A principal delas é o número pequeno de alunos, o que permite com facilidade que todos os problemas que surjam sejam amplamente discutidos e que os alunos se organizem com rapidez, demonstrando que através de um enfrentamento, de forma organizada, desses problemas, é que existe a possibilidade de resolvê-los e de modificar uma série de coisas que nos afetam e nos prejudicam. Esses fatores que apontamos, conjugados, tiveram um peso decisivo no crescimento do grupo. Vemos com clareza que, caso a gente tivesse se mantido isolado de tudo o que se passava na escola, na universidade, e na própria sociedade estaríamos ainda no marco zero, em termos de grupo e dos objetivos a que a gente se propõe.

Tomada de posição

Um ponto fundamental no processo de discussão que a gente levou foi a questão da realidade universitária — o que significa a universidade em nossa sociedade? A posição do nosso grupo é que a universidade tem uma função social muito grande. A gente aqui acumula uma série de conhecimentos, que achamos que deveriam reverter em benefício de toda a sociedade, o que, na realidade, não acontece. Na medida em que a gente se insere na produção, sai da universidade e vai desenvolver um trabalho profissional, este conhecimento é apropriado e utilizado por uma camada muito pequena da população, em detrimento da sociedade como um todo. Nós contestamos isto, achamos que é necessário haver uma socialização do conhecimento, que

a função de cada um de nós é estar diagnosticando os problemas que existem na sociedade e tentando resolvê-los da forma o mais geral possível. É esta a posição que a gente assume em nosso trabalho cultural: procurar contestar o sistema sócio-econômico em que a gente vive, através do nosso instrumento, que é o teatro. Neste ponto achamos que é preciso ter claramente em nosso trabalho a perspectiva das classes mais oprimidas, isto é, assumirmos integralmente suas propostas e pontos de vista. E estarmos conscientes de que nós, estudantes, não somos a vanguarda, mas apenas elementos, importantes, porém secundários, de um processo de transformação social que só vai ocorrer realmente na medida em que os setores de classe que sofrem as contradições mais importantes, os trabalhadores, se organizarem e desenvolverem uma atitude de enfrentamento desta situação.

O fato de procurarmos ter sempre uma perspectiva de classe em nosso trabalho não implica em a gente abordar, necessariamente, temas que envolvem de maneira direta a problemática dessas classes, por exemplo, montar uma peça sobre o cotidiano de um operário. Pelo contrário, achamos que se pode desenvolver temas que se colocam dentro da universidade, onde esta luta social está inserida, temas como o autoritarismo do professor, que garante uma certa dominação ideológica e um



certo controle da produção científica por parte da burguesia. Em “Contratanto” há uma cena, sobre um concurso de professores, relacionada com um problema que estamos vivendo aqui na USP, a exigência de atestado ideológico de professores.

“Contratanto”

Por que a gente escolheu “Contratanto”? Porque esta peça, escrita e montada pela primeira vez na Argentina (pelo Libre Teatro Libre, de Córdoba), preenchia todos os requisitos que nosso grupo esperava de um tema. Primeiramente por refletir os principais problemas da educação num país subdesenvolvido e capitalista, colocando bem claro o papel do sistema educacional como uma forma de garantir o atendimento dos vários níveis de mão-de-obra que o sistema capitalista necessita e como uma forma de transmissão e dominação ideológica. Depois, também um ponto de importância fundamental, por essa análise assumir uma perspectiva de classe, mostrando claramente uma saída embasada numa atitude de luta.

A gente sente o nosso trabalho como um fato importante dentro da universidade, especialmente pela época em que ele surgiu — a ocasião da morte de Vladimir Herzog — quando ocorreu uma grande mobilização aqui dentro. “Contratanto” estreou nesse momento, colocando, de certa forma, uma proposta de discussão. O tipo de crítica que nós levantamos na peça passava bastante para o público. Todos os temas que eram jogados tinham relação com tudo o que estava acontecendo, sendo discutidos ao final de cada apresentação.

O Teatro: um instrumento

A gente nunca se preocupou muito com o nosso aprimoramento em termos de técnica teatral; isto é uma coisa que a gente está aprendendo na prática. Não vemos a depuração téc-

nica como uma questão prioritária. O fundamental é interferir nesta realidade, que cada um começa a questionar a partir de uma tomada de consciência. E é daí que surge o aprimoramento técnico: à medida em que vai evoluindo nosso posicionamento frente à realidade, evoluem também nossos recursos técnicos para transmitir essa tomada de posição. Isto explica a força que há em cada apresentação da “Contratanto”, a forma bem forte com que cada um vai expondo, porque está sentindo, por dentro, que está interferindo na realidade, que está transmitindo algo que acredita ser correto. Até agora a técnica tem sido suprida desta forma, um tanto espontânea, o que não significa que o grupo vai ficar aí. Pretendemos elevar nosso nível técnico, pois achamos necessário se levar uma mensagem de uma forma suficientemente sólida, bem resolvida artisticamente.

Achamos que qualquer pessoa, de qualquer classe social, pode e deve fazer teatro; inclusive, procuramos combater essa idéia de que a cultura é coisa de pessoas privilegiadas. Na fase de formação do grupo houve vários questionamentos nesse sentido, por parte de pessoas que recebiam não ter “condições artísticas” de atuar em teatro. “Não sei se vou saber representar”, ou, “não tenho técnica nenhuma”, eram afirmações frequentes. Entretanto, aos poucos, a prática foi contradizendo esse tipo de colocação: na medida em que as coisas vão se definindo, o cara começa a ver que ele tem condições reais de interferir e manifestar críticas à realidade em que ele vive, através de um trabalho coletivo, como é o teatro, e vai esquecendo aquele medo de não ter condições artísticas. Para nós o teatro é uma forma, como existem outras, de se lançar determinadas questões; dentro disso, impedimentos artísticos, como pode haver no teatro convencional, são coisas que não vão existir. Para o nosso trabalho só há um pré-requisito, que é o de se concordar com ele.

a vontade de romper com a rotina que desumaniza, impelem o universitário para o que é na aparência um mês de convivência grupal e possibilidade de “se fazer alguma coisa”.

Dos 900 candidatos da cidade de São Paulo, foram escolhidos 118 de acordo com as especialidades requisitadas e grau de escolaridade. Durante os 8 domingos que antecederam a viagem foram submetidos a um exaustivo treinamento que abrange temas como: o que é o Rondon, como trabalhar em equipe, desenvolver projetos de atuação e informações sobre as comunidades em que irão atuar, tudo de acordo com as mais modernas técnicas de dinâmica de grupo e farta distribuição de apostilas.

Os jovens que frequentam o treinamento são bem representativos da universidade brasileira: sensíveis aos graves problemas que nos atingem, mas nunca pensaram-nos (aos problemas) de forma intensa e sistemática. O resultado é uma turma “com vontade de fazer alguma coisa”, mas

sem o menor senso crítico com relação aos métodos utilizados pelo Rondon e outras entidades governamentais, na solução de tais problemas.

Não se pergunta, por exemplo, porque é lícita e incentivada a participação no Rondon (que a nível da comunidade atingida é uma participação política) e é reprimida em centros acadêmicos, teatro e imprensa universitários. Ou então, porque tanto investimento para deslocar universitários para o Nordeste quando aqui em São Paulo os problemas saltam à vista, e vontade de fazer não falta.

Assim, em curto tempo tem de aprender a pensar os problemas de uma comunidade de forma global e sistemática, em suma preparar-se para participar efetivamente. Como se participar fosse uma “atividade de férias”. Oras!!!

Depois de aprenderem (devidamente ensinados) como se participa, os estudantes partem para as áreas de atuação.

Lá chegando, é difícil saber por

onde começar. Os problemas são muitos e grandes.

Como tratar de populações inteiras de doentes e subnutridos, armados de apenas meio curso de medicina e quantidades de remédios?

Tentam-se alternativas como: atender os 10% da população mais carentes.

Conscientes da pobreza de resultados, as turmas da área de saúde (aproximadamente 50% das equipes enviadas) esfalfam-se em jornadas de 12 a 14 horas diárias, receitando, extraindo dentes, fazendo curativos, combatendo o que não passam dos sintomas de uma doença — as condições miseráveis de vida, a falta de verba e a ignorância.

Sabe-se do caso de uma mãe: “Ó moça, num adianta meu fio tomá esse remédio, praque a gente num tem cumida e ele vai morrê de fome depois”.

A frase ouvida no interior do Maranhão, por uma estudante paulista ao aplicar a vacina tríplice, é exemplar da inadequação entre os proble-

mas existentes e as soluções propostas.

São poucos os resultados concretos para uma operação que envolveu no último janeiro, 2.900 universitários ao custo de Cr\$ 10.000.000,00 fora o apoio das prefeituras (alojamento, alimentação e transporte na área), e a manutenção da burocracia administrativa. (Dados de Visão de 23/2/76).

Em 1967, quando jovens do mundo todo empenhavam-se na luta pela transformação de suas realidades, vinte e sete brasileiros universitários embrenhavam-se no interior engajando-se na transformação de condições não-humanas de vida.

Em 1968, quando era grande a participação da universidade na vida nacional, a iniciativa dos vinte e sete estudantes era institucionalizada através do Projeto Rondon.

Veio a repressão.

Acabou-se a ação transformadora, a participação, o engajamento.

Ficou o Rondon — agora sob nova administração.



Há três décadas os estudantes disseram “não” ao Fascismo

1942: o Brasil vivia sob a ditadura de Getúlio Vargas, que em 1937 implantara o “Estado Novo”. No plano internacional, assistia-se à expansão da guerra: as forças do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), em ofensiva, davam ao conflito um caráter mundial, ampliando-o para três continentes.

Um fato vem agitar o cenário político nacional: o pronunciamento de Vargas aceitando a chamada “teoria do espaço vital”, ao reconhecer — como pretendiam Hitler e Mussolini — que “os povos fortes têm direito a um lugar ao sol”. Era uma definição.

O pronunciamento pró-nazismo repercutiu profundamente, provocando de imediato uma cisão no governo, com o discurso do Ministro Oswaldo Aranha, em que tomava posição em favor dos Aliados.

A resposta dos estudantes não se fez esperar: colocaram-se prontamente ao lado do Ministro, mobilizando-se por todo o país em favor da causa aliada, através da União Nacional dos Estudantes (UNE), do Diretório Central dos Estudantes da Universidade do Brasil (DCE), da Confederação Brasileira de Desportos Universitários (CBDU), dos Diretórios e Centros Acadêmicos. Iniciou-se uma ampla campanha anti-fascista, com comícios em todas as escolas superiores do país, e em lugares como as escadarias do Teatro Municipal e o Largo São Francisco, em São Paulo, e no Largo da Carioca, no Rio de Janeiro. A mobilização se ampliou do âmbito limitado das escolas superiores e ganhou as ruas e praças públicas.

Ao lado dos estudantes, desde o princípio, estão os professores, que se levantaram contra as correntes totalitárias nativas, representadas

principalmente pelo integralismo, o “fascismo tupiniquim”, na expressão do escritor Graciliano Ramos, valoroso combatente anti-fascista.

A grande mobilização estudantil, que agitou a opinião pública nacional em repúdio ao nazi-fascismo, encontrava como maior inimigo justamente os integralistas, que taxavam-na de manifestação de “baderneiros”, promovidas por “jovens irresponsáveis”. Porém, quase ninguém dava atenção ao reduzido grupo que, sob o lema de “Deus, Pátria e Família”, procurava implantar no Brasil um regime ao modelo da Alemanha e da Itália, de onde copiavam tudo, da forma o mais parecida possível: seu “Heil Hitler” era a saudação “Anauê!”, a saústica era a letra grega sigma. E tinham como uniforme camisas verdes, imitando as camisas pardas dos alemães, e negras, dos italianos. Seu chefe era Plínio Salgado (deputado federal pela Arena até 1974), e entre os principais líderes estavam Miguel Reale (reitor da Universidade de São Paulo até o ano passado) e Alfredo Buzaid (Ministro da Justiça no governo Médici)...

O movimento se ampliava cada vez mais. Foi programada para 4 de julho de 1942, o que seria uma das maiores passeatas já realizadas pelo movimento estudantil. Dentre os trabalhadores houve a adesão dos marítimos. A passeata foi proibida pelo Chefe de Polícia do “Estado Novo”, o sinistro Filinto Müller, mais conhecido pelas gerações mais jovens como líder da Arena no Congresso durante o governo Médici. Apesar da proibição e das ameaças de violenta repressão, os estudantes foram às ruas. A manifestação foi realizada, conseguindo-se inclusive a demissão de Filinto Müller, que tinha assim

interrompida sua destacada carreira de assassino e torturador (ver, a respeito, o testemunho de Graciliano Ramos, em seu livro “Memórias do Cárcere”).

No plano internacional, a situação evoluía, deixando cada vez mais clara a única posição possível: o engajamento ao lado dos Aliados. A 21 de junho, os nazistas invadiam a União Soviética. “Nessa altura, a guerra já havia deixado de ser uma luta entre os trustes internacionais. Já não eram os governos que mandavam o povo para o campo de batalha: era o povo que empurrava os respectivos governos para a luta; o nazi-fascismo devia ser destruído.” (Leôncio Basbaum, em “História Sincera da República”.)

O afundamento de navios brasileiros, nas costas do Nordeste, por submarinos alemães, fez a balança pender, ainda mais, para a corrente democrática no Brasil, acirrando a campanha anti-fascista e determinando o fechamento de clubes e agremiações de origem alemã, italiana e japonesa, que abrigavam simpatizantes do nazi-fascismo.

Um desses clubes, o Germânia, da Sociedade Alemã, foi transformado em sede da UNE, DCE e CBDU. A ocupação do aristocrático clube se deu de forma pitoresca. Após uma concentração de estudantes no Praia Bar, um boteco no Rio, os dirigentes das organizações estudantis, a pretexto de visitarem o clube, pediram aos funcionários que o guardavam para lhes facultarem o acesso ao edifício. Uma vez no interior do imóvel, se fez a distribuição das dependências: a UNE no 1.º andar, a CBDU no segundo e o DCE no terceiro. Os líderes resolveram dar ocupação ao prédio em caráter definitivo, enviando comunicação a respeito ao Minis-

tro da Educação, que se viu obrigado a aceitar o fato consumado. Cabe assinalar que, nessa época, quase não havia divisão no movimento estudantil brasileiro, o que concorria para a série de êxitos obtidos.

Em abril de 1943, Hélio de Almeida, presidente da UNE, pediu demissão de seu cargo, dois dias depois que o Ministério da Educação determinara a criação da Juventude Brasileira, conforme modelo da juventude fascista italiana, e a sua instalação na própria sede da UNE. Impressionado com o volume da repulsa a referida decisão, o Ministro não teve outra alternativa senão revogar a portaria que criava a Juventude Brasileira, medida que acarretou de imediato a sua desarticulação.

Com a participação do Brasil na guerra, contra o nazi-fascismo, houve um período de trégua entre os estudantes e o governo. Em 45, com a vitória dos Aliados assegurada, os estudantes resolveram cuidar do plano nacional propriamente dito, indo às ruas em campanha pela anistia, formando ao lado de todas as demais forças progressistas.

Numa manifestação, é assassinado pela polícia o estudante Demócrito de Souza Filho, 1.º Secretário da União dos Estudantes de Pernambuco. Estava rompida a trégua. Declarando guerra ao governo, a UNE e os estudantes se mobilizaram juntamente com os intelectuais e os trabalhadores. A anistia aos presos e exilados políticos e, mais tarde (outubro de 1945), a deposição de Getúlio Vargas, são as primeiras consequências desta união.

(A maior parte dos dados foram obtidos no livro “O Poder Jovem”, de Arthur José Poerner — Ed. Civilização Brasileira.)

Prisão na Bahia

No dia 10 de março Valdélis Santos e Frederico Torres, vice-presidente do D.C.E. da Universidade Federal da Bahia e estudante de Economia, foram presos em Juiz de Fora quando se dirigiam ao Rio de Janeiro para debater, com outros estudantes, problemas da Universidade. Acusação: “portarem material de incitamento político”. O “material” eram jornais do diretório e uma mensagem à população pelo direito de participação nas decisões do destino da nação e defendendo a anistia aos presos políticos, ambos amplamente divulgados e assinados pelo D.C.E. da U.F.Ba e parcialmente transcritos pela imprensa da cidade. Os estudantes foram libertados no dia 25 de março.

Sobre o tratamento recebido declararam o seguinte: “Ficamos em celas separadas, sem nenhuma higiene e sem receber comida. No dia 12 fomos transferidos para Belo Horizonte, algemados e em jejum. No DOPS de Belo Horizonte fomos colocados em uma cela junto com

dois marginais. Sexta-feira fomos interrogados sobre um possível congresso da extinta União Nacional dos Estudantes (UNE) e sobre participação em organizações clandestinas. Levamos golpes de karatê, socos e tapas nos ouvidos (“telefone”). Fomos obrigados a cantar o Hino Nacional marchando nus, com um policial vigiando e dizendo que comunista não sabe cantar o Hino Nacional. Depois uos espancamentos fomos colocados em celas separadas, incomunicáveis”.

Paralelamente à prisão de seus companheiros, os estudantes de Economia entraram em greve por 48 horas. Foram também reprimidos através do fechamento do D.A., suspensão de dois de seus integrantes e depredação dos murais. Um contingente de policiais do serviço de segurança da U.F.Ba acompanhados de soldados da Marinha, Exército e Aeronáutica impediram uma assembleia dos estudantes de Economia. Ao nível da repressão econômica destaca-se a ida do reitor à firma que alugava uma copiadora tipo Xerox (fonte principal de arrecadação de renda do D.C.E.) solicitando, no que foi atendido, a retirada da máquina da sede do D.C.E.

Rei Momo.

1.º de Maio. 800 pessoas, de pé ou sentadas na grama do pátio da Casa da Universitária, assistiram à última apresentação (368.ª) da ópera-samba *Rei Momo*, de César Vieira. O grupo Teatro União e Olho Vivo estava encerrando uma atividade de quatro anos de apresentações em bairros populares, buscando, através da troca de experiências com os elementos da comunidade, o caminho de um teatro popular. Com o fim de *Rei Momo*, o União e Olho Vivo inicia um trabalho de pesquisa com vistas à elaboração de uma nova peça, que irá dar continuidade à sua atuação. O assunto já está escolhido: o trabalhador, suas lutas e aspirações.

